



Claudney Pessoa

Planos

Durante a reunião de ontem entre o governador José Ignácio e os prefeitos da Grande Vitória, foram marcados outros encontros de trabalho para implantação definitiva do projeto da Região Metropolitana

Novo impulso para a Região Metropolitana

Governador e prefeitos discutiram as prioridades para a Região Metropolitana

GUSTAVO BELESA

A implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória voltou a ser debatida ontem, na reunião do Conselho Metropolitano Deliberativo, no Palácio Anchieta. No encontro foram definidas três resoluções para a região, como a definição das sete áreas prioritárias para ações compartilhadas; constituição dos grupos de trabalhos setoriais e a reunião quadrimestral do Conselho.

Participaram da reunião o governador José Ignácio Ferreira (presidente do Conselho), e os prefeitos Luiz Paulo Vellozo Lucas, de Vitória; Max Filho, de Vila Velha; Aloízio Santos, de Cariacica; Sérgio Vidigal, da Serra; Nonô Lube, de Viana, e Antônio Gottardo, de Guarapari. Desde a criação da Região Metropolitana em 1995, esta é a segunda vez que o governador e prefeito se encontram para tirá-la do papel.

Prioridades

De acordo com as resoluções, a Região Metropolitana entende como áreas prioritárias a Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Saneamento Urbano, Se-

tória com o Governo. "Temos que agir com responsabilidade e encontrar superação para qualquer desavença eventual, a fim de formarmos a unanimidade e implantarmos o que é preciso", disse o governador.

O Conselho também definiu um calendário de planejamento das ações e estabeleceu que seus membros se reunirão a cada quatro meses, para avaliação dos trabalhos e apreciação de outras matérias prioritárias.

"Em dez dias os grupos de trabalho de cada setor se reunirão e começarão a desenvolver estudos, planos e projetos de cada área prioritária. Em seguida, esses encontros passam a ser mensais", explicou o governador.

Pauta

Segundo o governador José Ignácio, todos os prefeitos municipais e o Estado, por meio do secretário estadual de Planejamento, Guilherme Henrique Pereira, apresentaram suas pautas com a sugestões e reivindicações para as áreas prioritárias. "A partir de agora vamos elaborar as ações a serem desenvolvidas", assinalou.

O prefeito Luiz Paulo acrescentou que as ações práticas na Região Metropolitana serão sentidas a longo prazo. "Temos que avaliar a continuidade das conversas. Este encontro serviu para combinarmos o sistema de tra-

balho, mas o atraso de seis anos sem reunião não é recuperado de uma hora para outra", disse.

Para o prefeito de Cariacica, Aloízio Santos, o momento é de união. Segundo ele, os membros da Região Metropolitana estavam mostrando muita vontade política e pouca vontade técnica.

"Estavam acontecendo reuniões isoladas e discriminatórias, mas o encontro de hoje aproximou todos os inte-

ressados", ressaltou o prefeito Aloízio Santos, que se dizia chateado com a reunião que os prefeitos de Vitória, Vila Velha e Serra fizeram sem convidar o Estado e os demais municípios que compõem a Grande Vitória.

Governo e prefeituras terão 10 dias, a partir de agora, para indicar representantes titulares e suplentes para compor os grupos setoriais, para que os trabalhos sejam instalados.



INFORME PUBLICITÁRIO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRM/ES

EDITAL

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO - CRM/ES, Autarquia Federal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, através do presente, tornar público, que tendo em vista a CARTA RESPOSTA subscrita pela D. Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo - COREN/ES, publicada no jornal "A GAZETA" que veiculou no dia 21 de janeiro de 2001 (domingo), esclarecer o seguinte.

1. Jamais o CRM/ES e/ou sua Assessoria Jurídica dirigiram qualquer parecer ou pronunciamento semelhante ao COREN/ES que trata acerca de registro de clínicas e hospitais, razão pela qual desconhecemos o porquê da denominação "CARTA RESPOSTA";
2. O INFOMED, que vem a ser o informativo dirigido aos médicos inscritos no CRM/ES, tem como alvo a classe médica e não a população em geral e visa orientá-los, segundo as legislações pertinentes, as normas editadas pelo CFM e o entendimento jurídico, face às decisões dos diversos Tribunais pátrios;
3. De acordo com o sistema constitucional, os conflitos gerados pela interpretação de uma lei, devem ser levados ao Poder Judiciário para serem dirimidos e não ao conhecimento público como se o seu entendimento jurídico (do COREN/ES) fosse uma verdade absoluta, atingindo a moral e a credibilidade daqueles que defendem com ética e respeito o ato médico e a medicina;
4. Que, ao revés do que foi exposto na referida carta resposta, o entendimento majoritário da Jurisprudência é de que os hospitais e clínicas têm que estar devidamente registrados, frisa-se, SOMENTE NOS CRM's, já que a atividade básica que exercem é a MEDICINA, ainda que em um nosocômio tenha outros profissionais da saúde laborando em favor das pessoas (pacientes) que necessitam do

Novo impulso para a Região Metropolitana

Governador e prefeitos discutiram as prioridades para a Região Metropolitana

GUSTAVO BELESA

A implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória voltou a ser debatida ontem, na reunião do Conselho Metropolitano Deliberativo, no Palácio Anchieta. No encontro foram definidas três resoluções para a região, como a definição das sete áreas prioritárias para ações compartilhadas; constituição dos grupos de trabalhos setoriais e a reunião quadrimestral do Conselho.

Participaram da reunião o governador José Ignácio Ferreira (presidente do Conselho), e os prefeitos Luiz Paulo Vellozo Lucas, de Vitória; Max Filho, de Vila Velha; Aloízio Santos, de Cariacica; Sérgio Vidigal, da Serra; Nonô Lube, de Viana, e Antônio Gottardo, de Guarapari. Desde a criação da Região Metropolitana em 1995, esta é a segunda vez que o governador e prefeito se encontram para tirá-la do papel.

Prioridades

De acordo com as resoluções, a Região Metropolitana entende como áreas prioritárias a Ação Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Saneamento Urbano, Segurança Pública e Transporte.

Segundo o governador José Ignácio, o encontro foi importante e destacou que há alguns anos não havia reuniões de todos os prefeitos da Grande Vi-

tória com o Governo. "Temos que agir com responsabilidade e encontrar superação para qualquer desavença eventual, a fim de formarmos a unanimidade e implantarmos o que é preciso", disse o governador.

O Conselho também definiu um calendário de planejamento das ações e estabeleceu que seus membros se reunirão a cada quatro meses, para avaliação dos trabalhos e apreciação de outras matérias prioritárias.

"Em dez dias os grupos de trabalho de cada setor se reunirão e começarão a desenvolver estudos, planos e projetos de cada área prioritária. Em seguida, esses encontros passam a ser mensais", explicou o governador.

Pauta

Segundo o governador José Ignácio, todos os prefeitos municipais e o Estado, por meio do secretário estadual de Planejamento, Guilherme Henrique Pereira, apresentaram suas pautas com a sugestões e reivindicações para as áreas prioritárias. "A partir de agora vamos elaborar as ações a serem desenvolvidas", assinalou.

O prefeito Luiz Paulo acrescentou que as ações práticas na Região Metropolitana serão sentidas a longo prazo. "Temos que avaliar a continuidade das conversas. Este encontro serviu para combinarmos o sistema de tra-

balho, mas o atraso de seis anos sem reunião não é recuperado de uma hora para outra", disse.

Para o prefeito de Cariacica, Aloízio Santos, o momento é de união. Segundo ele, os membros da Região Metropolitana estavam mostrando muita vontade política e pouca vontade técnica.

"Estavam acontecendo reuniões isoladas e discriminatórias, mas o encontro de hoje aproximou todos os inte-

ressados", ressaltou o prefeito Aloízio Santos, que se dizia chateado com a reunião que os prefeitos de Vitória, Vila Velha e Serra fizeram sem convidar o Estado e os demais municípios que compõem a Grande Vitória.

Governo e prefeituras terão 10 dias, a partir de agora, para indicar representantes titulares e suplentes para compor os grupos setoriais, para que os trabalhos sejam instalados.

INFORME PUBLICITÁRIO



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRM/ES

EDITAL

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO - CRM/ES, Autarquia Federal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, através do presente, tornar público, que tendo em vista a CARTA RESPOSTA subscrita pela D. Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo - COREN/ES, publicada no jornal "A GAZETA" que veiculou no dia 21 de janeiro de 2001 (domingo), esclarecer o seguinte:

1. Jamais o CRM/ES e/ou sua Assessoria Jurídica dirigiram qualquer parecer ou pronunciamento semelhante ao COREN/ES que trata acerca de registro de clínicas e hospitais, razão pela qual desconhecemos o porquê da denominação "CARTA RESPOSTA";
2. O INFOMED, que vem a ser o informativo dirigido aos médicos inscritos no CRM/ES, tem como alvo a classe médica e não a população em geral e visa orientá-los, segundo as legislações pertinentes, as normas editadas pelo CFM e o entendimento jurídico, face às decisões dos diversos Tribunais pátrios;
3. De acordo com o sistema constitucional, os conflitos gerados pela interpretação de uma lei, devem ser levados ao Poder Judiciário para serem dirimidos e não ao conhecimento público como se o seu entendimento jurídico (do COREN/ES) fosse uma verdade absoluta, atingindo a moral e a credibilidade daqueles que defendem com ética e respeito o ato médico e a medicina;
4. Que, ao revés do que foi exposto na referida carta resposta, o entendimento majoritário da Jurisprudência é de que os hospitais e clínicas têm que estar devidamente registrados, frisa-se, SOMENTE NOS CRM's, já que a atividade básica que exercem é a MEDICINA, ainda que em um nosocômio tenha outros profissionais da saúde laborando em favor das pessoas (pacientes) que necessitam do tratamento médico;

À propósito, pedimos vênias para transcrevermos valiosas decisões do Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, que inclusive pacificou a questão entendendo que a atividade básica exercida pela empresa é que determinará em qual Conselho esta deverá estar registrada, revelando assim, a realidade do entendimento jurídico e orientação da nossa respectiva Assessoria em quem confiamos, a seguir:

HOSPITAL - ENFERMAGEM - REGISTRO. Embora exista prestação de serviços de enfermagem em hospital, não é esta sua principal atividade. Caso similar ao dos bancos, previsto na Súm. 79/STJ. Agravo Improvido. (STJ, AGA 165007/DF, Agravo Regimental no Agravo de Ingresso, 1997/0076963-1, Rel. Min. Garcia Vieira, Unanimidade; RESP 262090/PE)

DIREITO ADMINISTRATIVO. CLÍNICA MÉDICA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. INADMISSIBILIDADE.

- 1 - Há prestação dos serviços de enfermagem em qualquer hospital e clínica médica, mas esta não é, sem sombra de dúvidas, sua atividade fim, o que conduz acertadamente à dispensa de seu registro no Conselho de Enfermagem.
- 2 - O registro de instituição hospitalar deve ser feito no Conselho Regional de Medicina, órgão fiscalizador das atividades médicas, e não no de Enfermagem, o que impede, por força de lei, que haja a duplicidade de registros.
- 3 - Recurso especial parcialmente conhecido, porém, improvido. (STJ, RESP 197757/DF, 1998/0090475-1, Rel. Min. José Delgado; RESP 67339-GO; RESP 36441-SP; AGA 165007/DF)

Diante do exposto, o CRM/ES vai continuar lutando com ética e respeito para preservar o ato médico e a medicina, ainda que para alguns isso signifique uma guerra de classes, o que não é nossa intenção.

Vitória/ES, 22 de janeiro de 2001.

Diretoria do CRM/ES

TÁXI

Serviço será padronizado

Foi realizado ontem o primeiro encontro dos secretários municipais de Transporte da Grande Vitória, com exceção do município de Cariacica, que não participou, para definir as diretrizes e legislação do serviço de táxi. De acordo com o secretário de Transporte e Infra-Estrutura de Vitória, Paulo Ruy Carnelli, foi definida a linha de trabalho para acertar a circulação de táxis sem conflitar os interesses municipais. "Vamos padronizar e normatizar o serviço. Não acredito que os carros venham a ser idênticos, mas a qualidade do serviço, a tarifa e a fiscalização serão comuns", disse o secretário. Segundo ele, o atendimento por telefone e maior oferta táxi circulando nas cidades também entrarão na negociação.

ã o
RGAS

om quem
nça!

Lançamentos
2001
em Vitória

zação

rência de Saúde

anças Corporativas

onveniado FGV

MURAD
ultoria e Treinamento

FGV
management